



## AGENDA LEGISLATIVA

13 A 17 DE OUTUBRO DE 2025

### CONGRESSO NACIONAL

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário da Câmara dos Deputados/do Senado Federal

**Quinta-feira (16/10)**, 13h55

**PLN 2/2025** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências. Item nº 2.

Autor: Presidência da República

Relator: Gervásio Maia

**Parecer:** Pendente

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário da Câmara dos Deputados

**Terça-feira (14/10)**, 13h55

**PL 2076/2022** - Institui o Dia Nacional da Proteção de Dados. Item nº 2.

Explicação: fica instituído o "Dia Nacional da Proteção de Dados", a ser celebrado, anualmente, no dia 17 de agosto.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pendente

**PL 1971/2025** - Institui a Política Nacional de Proteção à Primeira Infância no Ambiente Digital (PNPIAD), com o objetivo de promover o uso seguro, saudável e consciente da tecnologia por crianças de até 6 (seis) anos de idade, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Item nº 15.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Pendente

**Terça-feira (14/10)**

**CFT & CASP - COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO** / Auditório Nereu Ramos, 10h00

**Audiência Pública Conjunta** - Tema: Reforma Administrativa

Convidados:

- Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), relator do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa;
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Carlos Giannazi, deputado estadual de São Paulo;
- Celso Giannazi, Vereador de São Paulo;

- Representante do SINFAZFISCO-MG;
- Representante da Pública Central do Servidor;
- Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Representante da Força Sindical (FS);
- Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);
- Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB);
- Representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora;
- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe);
- Representante do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita);
- Representante do Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Representante do Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Sindep/MG);
- Representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate);
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV);
- Representante do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal
- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP)
- Representante da Associação Nacional dos Magistrados Aposentados do Poder Judiciário de União e de Procuradores Aposentados do Ministério Público de União (ANAMPA);
- Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL);
- Representante da Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI);
- Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB);
- Representante da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp);
- Representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol);
- Representante da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim);
- Representante da Federação dos Fiscos Estaduais e Distrital (Fenafisco);
- Representante da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp);
- Representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol);
- Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM);
- Representante da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Sindsemp MG);
- Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP);
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho (ANPT);
- Representante da Associação dos Magistrados e Magistradas do Trabalho (ANAMATRA);
- Representante da Associação dos Juizes Federais (AJUFE);
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);
- Representante da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE);
- Representante da Associação das Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia (APD);
- Representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis);
- Representante da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE);
- Representante da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM);
- Representante da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos Federais (ANADEF);
- Representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP);
- Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB);
- Representante do Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (Sindiproesp); e
- Representante do Sindifisco Nacional - Auditores-Fiscais da Receita Federal.

**EVENTOS – EVENTOS** / Anexo II, Plenário 16, 10h00

**Reunião Técnica - Tema:** 1ª Reunião do Fórum Nacional Convoca Já

**GTAMBDIG - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR E PROPOR SOLUÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE DIGITAL** / Anexo II, Plenário 01, 10h00

**Reunião - Tema:** Abertura da Semana da Criança Abertura da Semana da Criança

Convidados:

- Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, diretor-presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

- Ricardo de Lins e Horta, secretário nacional de Direitos Digitais, Substituto da Secretaria Nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Pilar Lacerda, secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC);
- Luiza Teixeira, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e
- Tayanne Galeno, Representante do Instituto Alana.

**PL 2338/2023 & CE - COMISSÕES ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA"; E DE EDUCAÇÃO**

**Audiência Pública Conjunta** - Tema: IA na educação: riscos inovações e o futuro da aprendizagem

Convidados:

- Eduardo Saron, presidente da Fundação Itaú;
- Ig Ibert Bittencourt, pesquisador na Universidade Federal de Alagoas e cofundador do Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES);
- Julia Sant'anna, diretora executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB); e
- Gabriel Correa, diretor de Políticas Públicas do Todos Pela Educação.

**CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00**

**PL 1356/2024** - Institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético Item nº 4.

Explicação: Institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético, a ser celebrado a cada 23 de novembro, sendo de competência dos entes federativos e demais instituições públicas: (i) promover a conscientização do que seja crime cibernético através da veiculação de comerciais, anúncios publicitários da administração direta, indireta e fundacional, eventos, atos, divulgação de conteúdos e medidas educativas que estimulem a consciência cidadã em relação ao enfrentamento ao crime cibernético; (ii) promover, como parte integrante do planejamento anual das escolas públicas, seminários e debates descentralizados objetivando a reflexão crítica da comunidade escolar sobre a importância de se prevenir e confrontar os crimes cibernéticos; (iii) combater e eliminar as diversas formas de crimes cibernéticos no país; (iv) buscar o constante aprimoramento da cooperação e coordenação entre o Brasil e demais países para prevenção e sensibilização, cooperação internacional e recolhimento de dados, pesquisa e análise de crimes cibernéticos; (v) fomentar aperfeiçoamento contínuo dos policiais que trabalham diretamente com a investigação criminal, através de convênios com entidades nacionais ou estrangeiras visando à realização dos objetivos desta lei.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação.

**CEENERG - COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - FONTES RENOVÁVEIS E PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL / Anexo II, Plenário 10, 14h30**

**Seminário** - Tema: Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos ([PL 2780/2024](#))

Expositores:

- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- José Luis Pinho Leite Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES;
- Pedro Paulo Dias, gerente de Inteligência de Mercado de Mineração e Transformação Mineral do BNDES;
- Sílvia Cristina Alves França, diretora do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM);
- Representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

**CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h30**

**PL 1454/2022** - Altera o art. 7º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para determinar a obrigatoriedade da presença de livros acessíveis e tecnologias assistidas nas bibliotecas públicas, de modo a assegurar o acesso das pessoas com deficiência visual às obras que compõem o acervo desses equipamentos culturais. Item nº 3.

Explicação: determina que o Poder Executivo implemente programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em sistema Braille e em outros formatos acessíveis, além de tecnologia assistiva que assegure acessibilidade aos livros e ao seu conteúdo.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Andreia Siqueira (MDB/PA)

**Parecer:** Pela aprovação.

## **CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30**

**PEC 42/2024** - Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, para estabelecer competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras. Item nº 3.

Explicação: Prevê ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados para acompanhar e fiscalizar as atividades e atos normativos das agências reguladoras por meio de suas comissões. Além disso, permite que a Câmara fixe prazos para que essas agências adotem providências necessárias ao cumprimento da lei. Caso sejam identificadas condutas ilícitas dolosas, por ação ou omissão, essas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (MPU), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que promovam a responsabilização administrativa, civil ou criminal dos infratores.

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)

Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

**Parecer:** Pela admissibilidade.

## **CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 16h00**

**Seminário - Tema:** O ajuste dos limites de faturamento do MEI e do Simples Nacional - A atualização econômica e o aperfeiçoamento normativo do regime tributário diferenciado

**Programação:**

### 1ª Mesa

- Tadeu Alencar, ministro substituto do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Pedro Guerra, chefe de Gabinete da Vice-Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Maurício Pinto Pereira Juvenal, secretário nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP);
- Flávio Furlan, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap);

### 2ª Mesa

- Pierre Tamer Ziade Jr., diretor titular do Departamento da Micro, Pequena, Média Indústria e Acelera Fiesp (Dempi Acelera) e vice-presidente do Conselho Superior da Micro, Pequena e Média Indústria (Compi) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp);
- William Madruga, diretor de Tributários da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap);
- Edgard Fernandes, analista da Unidade de Competitividade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Lucas Ribeiro, advogado tributarista, fundador e CEO da empresa de tecnologia tributária Roit.

## **Quarta-feira (15/10)**

---

## **CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h30**

**PL 1931/2025** - Institui o Programa Nacional "Escola 4.0", destinado à expansão do ensino técnico-profissionalizante em áreas tecnológicas, com foco em empregabilidade, inovação e parcerias com o setor privado. Item nº 24.

Autor: Fabio Schiochet (UNIÃO/SC)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com substitutivo.

## **CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h30**

**Audiência Pública e Reunião Deliberativa - Tema:** Redata - Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil

Convidados:

- Affonso Nina, presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); e
- Sergio Sgobbi, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom.

**PL 2340/2023** - Altera a alínea "d" do inciso I do art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e modifica a alínea "a" do inciso II do mesmo dispositivo. Item nº 3.

Explicação: limita em 15% o total de recursos não reembolsáveis do Fundo (o patamar atual é de 25%) que podem ser aplicados em programas desenvolvidos por organizações sociais que mantenham contrato de gestão com o MCTI e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Autor: Raimundo Santos (PSD/PA)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do PL 3751/2023, apensado, com substitutivo.

#### **CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00**

**PL 861/2023** - Altera a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para determinar que, em caso de terceirização, a contratante seja responsável por impedir que trabalhadores sejam submetidos a condições análogas à de escravo. Item nº 6.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Leo Prates (PDT/BA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e dos PLs 1.150/23, 2.236/23 e 4.216/23, apensados, com substitutivo.

#### **CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 10h00**

**PL 1513/2011** - Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública. Item nº 3.

Explicação: define como licença livre a licença de direito autoral ou de software que permita que terceiros usufruam de direitos patrimoniais sobre certa obra como, especificamente, o direito de cópia, distribuição, transmissão, publicação, retransmissão, criação de obras derivadas, desde que preservado o direito de atribuição do autor, não vise vantagem comercial e as obras derivadas sejam licenciadas sob a mesma licença que a obra original.

Autor: Paulo Teixeira

Relator: Helder Salomão (PT/ES)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Educação (CE), na forma da Subemenda Substitutiva da Comissão de Cultura (CCULT), com subemenda substitutiva.

**PL 1257/2021** - Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar o acesso a tecnologias para preservação da saúde mental e cognitiva. Item nº 10.

Autor: Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

#### **CINDRE - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL / Anexo II, Plenário 15, 10h00**

**PL 3211/2025** - Estabelece incentivos e prioridades para provedores regionais de internet no acesso a políticas públicas de conectividade e linhas de financiamento, e dá outras providências. Item nº 6.

Autor: Duda Ramos (MDB/RR)

Relator: Sílvia Cristina (PP/RO)

**Parecer:** Pela aprovação.

#### **CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00**

**PL 2392/2023** - Acrescenta inciso ao art. 36, § 3º, da Lei nº 12.529, de 2011, para considerar como infração à ordem econômica o uso da posição dominante para, sem justo motivo, atrasar pagamentos a fornecedor ou financiador de bens ou serviços. Item nº 6.

Autor: Maria do Rosário (PT/RS)

Relator: Vander Loubet (PT/MS)

**Parecer:** Pela aprovação.

#### **CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 11h00**

**Audiência Pública - Tema:** A realidade da Avibras Indústria Aeroespacial e a soberania nacional

Convidados:

- Robinson Farinazzo, capitão de fragata da Reserva da Marinha do Brasil
- Luís Nassif, jornalista do Jornal GGN;

- Alexandre Galante, jornalista do Poder Naval; e
- Rodolfo Queiroz Laterza, analista e escritor geopolítico, mestre em Segurança Pública

**CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00**

**PL 3776/2025** - Institui o Programa Nacional de Oficinas Digitais para a Terceira Idade – 60digital. Item nº 8.

Autor: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Relator: Castro Neto (PSD/PI)

**Parecer:** Pela aprovação.

**CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00**

**PL 4260/2020** - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral. Item nº 3.

Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação.

**PL 2018/2022** - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações. Item nº 9.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, dos apensados PLs 634/2020 e 2976/2023 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), com Substitutivo.

**PL 2453/2025** - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para estabelecer a privacidade como configuração padrão em navegadores e aplicativos de internet, visando proteger os dados e a privacidade dos usuários. Item nº 13.

Autor: Fábio Teruel (MDB/SP)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com Emendas.

**CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 14h00**

**PL 5756/2023** - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), criando o vestiário feminino para empresas acima de 50 (cinquenta) funcionários para resguardar a privacidade e bem-estar das Mulheres. Item nº 6.

Autor: Ely Santos (REPUBLICANOS/SP)

Relator: Erika Hilton (PSOL/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com Substitutivo.

**PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA"**

**Debate - Tema:** Videocast - IA e fomento ao crédito

Convidados:

- Carlos Eduardo Azen Alves, gerente do Departamento de Telecom, TI e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e
- Gustavo Donato, prof. Fundação Dom Cabral e Conselheiro Grupo Stefanini.

**SENADO FEDERAL****Segunda-feira (13/10)**

---

**CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA** / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 09h00

**Audiência Pública - Tema:** Debater sobre: Os impactos da Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho, como parte do ciclo de debates do novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018).

Convidados:

- José Carvalho, defensor público Federal de Categoria Especial e Coordenador do Comitê de Modernização Tecnológica da Defensoria Pública da União (DPU);
- Thiago Gomes Marcílio, consultor *ad hoc* na Relatoria de Inteligência Artificial-IA, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e pesquisador no Centro de IA e aprendizado de Máquinas (CIAAM/USP);
- Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira, consultor legislativo do Senado Federal;
- Hugo Valadares Siqueira, diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Priscila Lauande Rodrigues, doutora em autonomia privada, empresa, trabalho e proteção de direitos na perspectiva europeia e internacional pela Universidade Sapienza de Roma, com dupla titulação pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)
- Guilherme Kirtschig, procurador do Trabalho da 9ª Região (PRT-Curitiba/PR) e membro do Grupo de Estudos de Inteligência Artificial e Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Atahualpa Blanchet, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e da Relatoria de IA do Conselho Nacional de Direitos Humanos;
- Nina da Hora, cientista de computação e pesquisadora brasileira;
- Jefferson de Moraes Toledo, auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); e
- Nathalie Gazzaneo, co-diretora do Projeto Harvard sobre Força de Trabalho, Futuro do Trabalho, Tecnologia Responsável e Mobilidade Econômica.

**Terça-feira (14/10)**

---

**CMACOP30 - SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30** / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 10h00

**Audiência Pública - Tema:** Reforçar a importância do Legislativo na preparação e discussões no marco da COP30, garantindo que a voz de parlamentares esteja articulada e visível. Compartilhar informações a fim de facilitar a participação e o engajamento de parlamentares na COP30. Discutir os seis eixos temáticos da Agenda de Ação da Presidência da COP30. Promover o diálogo entre parlamentares, sociedade civil, especialistas e organismos internacionais e fortalecendo a legitimidade e a transparência do processo preparatório rumo à COP30.

Convidados:

- Duda Salabert, presidenta da Subcomissão Especial da COP30 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADSCOP30);
- Luciana Abade, coordenadora de Mobilização da Presidência da COP30;
- Maiara Folly, diretora executiva da Plataforma CIPÓ;
- Beatriz Pagy, diretora executiva do Clima de Política;
- Gabriela Oliveira, oficial de Gestão de Programas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL);
- Adriana Pinheiro, assessora de Incidência Política do Observatório do Clima;
- André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Marina Piatto, diretora executiva do Imaflores;
- William Wills, diretor de Projetos do Centro Brasil no Clima (CBC);
- Robson Sebastian Formica, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);
- Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa.

**CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

**Audiência Pública** - **Tema:** Apresentar a estratégia do governo para a reforma da tributação sobre a renda, os fundamentos do [PL nº 1087 de 2025](#), e os impactos esperados sobre a arrecadação e a progressividade do sistema tributário.

Convidados:

- Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda; e
- Representante da Receita Federal do Brasil

**CE & CCT – COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA; E DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h30

**Audiência Pública Conjunta** - **Tema:** Discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do Conselho Nacional da Educação – CNE.

Convidado:

- Paulo Fossatti, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação (CNE).

**CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

**Audiência Pública** - **Tema:** Instruir o [Projeto de Lei nº 3611/2021](#), que “Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou ‘drones’ pelos órgãos de segurança pública”.

Convidados:

- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Felipe Moreira Faulhaber, coronel aviador, comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, representante de Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);
- Conrado Klein de Freitas, gerente técnico de Vigilância Continuada (GTVC) da Superintendência de Padrões Operacionais (SPO), Representante de Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Bruno Palmieri Buonicore, representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim);
- Representante do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC);
- Jeter Gonçalves Quaresma, coordenador da Coordenadoria de Veículos Aéreos não Tripulados (COOVANT-GSI/RJ);
- Rodolfo Queiroz Laterza, presidente da Associação de Delegados das Polícias do Brasil (ADEPOL);
- Alexandre Magno Neves, assessor da Coordenadoria de Veículos Aéreos não Tripulados (COOVANT-GSI/RJ); e
- Fernando Cezar Jorge Hakme, policial civil e assessor especial do Governador do Rio de Janeiro.

**Quarta-feira (15/10)****CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

**PL 4524/2020** - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital. Item nº 12.

Explicação: dentre outros, dispõe sobre a ampliação do escopo dos recursos do Fundo, acesso das empresas ao mercado de crédito, inclusive dos pequenos provedores, e medidas para assegurar que as licitações de radiofrequência não sejam realizadas com viés exclusivamente arrecadatório.

Autor: Confúcio Moura (MDB/RO)

Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

**Parecer:** Pela prejudicialidade.

**REQ 27/2025** - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor. Item nº 16.

Convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços - MDIC - MDIC;
- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES;
- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisas e Inovação Industrial - EMBRAPPII;

- Representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;
- Representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; e
- Representante do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

Autor: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

**CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA** / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

**PL 4792/2023** - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital. Item nº 9.

Autor: Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Quinta-feira (16/10)**

---

**OUTROS EVENTOS** / Plenário do Senado Federal, 14h00

**Sessão Plenária** - **Tema:** Comemorar o centenário do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).